

PRIVATIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA

PROPOSTA DE BOLSONARO PRIVILEGIA MERCADO E EMPRESAS. TRABALHADORES SÃO PREJUDICADOS

*Sai o modelo solidário,
entra o modelo de capitalização
individual. É essa a proposta
de Bolsonaro para a Previdência
Social brasileira, onde empresas e
governo poderão optar por não
contribuir, cabendo ao trabalhador
fazer a sua própria poupança
para assegurar a
aposentadoria.*



**Págs. 2 e 3: Confira os detalhes sobre
a PEC da desigualdade de Bolsonaro**

A proposta prevê idade mínima de 60 anos para professores e trabalhadores rurais se aposentarem. O tempo mínimo de contribuição será de 20 anos para produtores rurais. Os professores da educação infantil e ensinos fundamental e médio terão de contribuir por 30 anos.

Para os demais trabalhadores e servidores, a idade mínima será de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens. O tempo mínimo de contribuição será de 20 anos no setor privado e 25 anos no setor público. Quem cumprir esses critérios poderá se aposentar com 60% da remuneração.

Para se aposentar com 100% da remuneração, será preciso contribuir por 40 anos.

Apesar da equipe econômica de Bolsonaro classificar a PEC como “sistema justo e igualitário”, um artigo publicado pela LBS Advogados, escritório que assessora o Sindicato, desbancou a propaganda do governo, destacando que “regras uniformes, que desconsideram as particularidades da vida de homens e mulheres, de pessoas ricas e pobres, daquelas que trabalham na cidade e no campo, não geram igualdade. Pelo contrário, geram injustiça e agravam a desigualdade social que assola o país”.

O ataque do novo governo sobre a aposentadoria dos brasileiros trará um custo altíssimo para toda a sociedade, aumentando a desigualdade e trazendo sequelas sociais.

Os bancos, por outro lado, lucrarão ainda mais com o modelo de previdência privada que a PEC nº 06/2019 quer impor.

QUADRO COMPARATIVO

Regra atual **X** reforma

REGIME DE CONTRIBUIÇÃO

Trabalhador
Empregador
Governo

Trabalhador

IDADE MÍNIMA

Hoje não há idade mínima e sim tempo de contribuição (35/30)

Mulheres 62 anos - Homens 65 anos

TEMPO MÍNIMO DE CONTRIBUIÇÃO

15 anos

20 anos para iniciativa privada
25 anos para servidores

Se tiver a idade mínima para aposentar, o trabalhador da iniciativa privada tem direito a 60% do valor do benefício. A cada ano a mais de recolhimento, a quantia aumenta 2%

APOSENTADORIA COM BENEFÍCIO INTEGRAL

Fator Previdenciário e a regra 86/96

40 anos de contribuição

PENSÃO POR MORTE

Corresponde a 100%

60% mais 10% por dependente adicional

ASSISTÊNCIA SOCIAL

1 salário mínimo para incapazes e maiores de 65 anos, com renda familiar per capita igual ou inferior a 1/4 de salário mínimo.

R\$ 400 para maiores de 60 anos de idade e com renda per capita familiar igual ou inferior a 1/4 do salário mínimo; e de 1 salário mínimo, a partir de 70 anos de idade, com as mesmas condições.

FUNDAMENTOS JURÍDICOS DOS BENEFÍCIOS

Todos os benefícios da previdência e da assistência sociais acham-se devidamente instituídos, definidos e parametrados pela CF, nos Arts. 40 (servidores públicos civis efetivos), 149 (contribuições), 201 (empregados da iniciativa privada e demais contribuintes) e 203 (assistência social).

Todos os benefícios previdenciários serão desconstitucionalizados, passando a ser instituídos, definidos, modificados, reduzidos e/ou suprimidos por lei complementar, aprovada em um só turno em cada casa, por 257 deputados e 41 senadores, equivalentes a 50% mais 1 do total daquela e deste.

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA

É assegurado aos empregados dispensados sem justa causa o direito à multa de 40% do total do FGTS devido ao longo do contrato, não importando se são aposentados ou não. O empregado, com contrato de trabalho em vigor, aposentado ou não, faz jus ao depósito mensal correspondente a 8% de sua remuneração na sua conta vinculada de FGTS.

Subtrai do trabalhador aposentado o direito à multa de 40% do FGTS e ao depósito mensal deste, transformando a aposentadoria em violenta punição aos que a requerem.

FRACASSO DO MODELO CHILENO ATESTA QUE CAPITALIZAÇÃO NÃO É O CAMINHO

O modelo de privatização da previdência implementado no Chile, no início da década de 80, durante o governo do ditador Augusto Pinochet, é exemplo do retrocesso que representa a proposta de Bolsonaro. Com o sistema de capitalização, onde cada trabalhador contribui isoladamente para si mesmo, os trabalhadores chilenos são obrigados a depositar pelo menos 10% do salário por no mínimo 20 anos para se aposentar. A idade mínima para mulheres é 60 anos e para homens, 65.

No Chile, o salário mínimo é de aproximadamente 264 mil pesos (cerca de R\$ 1.226,20). No entanto, 90,9% dos aposentados estão recebendo quase a metade do salário mínimo, 149.435 pesos (R\$ 694,08).

Atualmente, o governo chileno de centro-direita de Sebastián Piñera estuda uma forma de alterar esse modelo. O motivo da reformulação deve-se ao empobrecimento das pessoas que estão chegando a aposentadoria agora, além das altas taxas de suicídio no país. Alguns aposentados chegam a receber 30% do salário que recebiam na ativa.

Regras de transição

Os trabalhadores que quiserem se aposentar por tempo de contribuição terão três opções:

1. PONTOS

- Soma de tempo de contribuição com idade tem que chegar a 86/96 (mulheres/homens) em 2019
- A exigência aumenta um ponto a cada ano até chegar em 100/115 em 2033
- É preciso ter completado o tempo mínimo de contribuição de 30/35 anos
- Professores terão bônus de 5 pontos

2. IDADE MÍNIMA IMEDIATA

- Estipula, desde já, a exigência de uma idade mínima para aposentadoria
- Começa com 56/61 (mulheres/homens), em 2019, e aumenta 6 meses a cada ano, até chegar aos 62/65, em 2031
- É preciso ter completado o tempo mínimo de contribuição de 30/35
- Professores terão bônus de 5 anos na idade

3. PEDÁGIO

- Vale só para quem estiver a dois anos ou menos de cumprir o tempo mínimo de contribuição exigido atualmente para aposentadoria (30/35)
- Precisa pagar pedágio de 50% sobre o tempo que falta para completar essa exigência.
- Quem estiver a um ano dos 30/35 de contribuição, por exemplo, poderá ficar mais 6 meses
- Não precisa cumprir idade mínima
- Incide fator previdenciário, o que diminui o benefício

4. IDADE

Quem hoje precisa se aposentar por idade, porque não consegue completar o tempo mínimo, terá apenas uma regra de transição:

- A exigência de idade para mulheres passará de 60 anos para 62 entre 2019 e 2023. A dos homens será mantida em 65 como é hoje
- O tempo de contribuição exigido nessa modalidade aumentará dos atuais 15 anos para 20 anos, para homens e mulheres, até 2029

5. SERVIDORES PÚBLICOS (RPPS)

Há uma regra específica para os funcionários públicos, que hoje já precisam de idade mínima de 60/65 (mulheres/homens):

- Precisarão completar a idade mínima, que começa em 56/61, em 2019
- Também terão que contar 30 anos de contribuição (mulheres) e 35 (homens), sendo 20 de tempo de serviço público e 5 anos no cargo
- Ainda precisarão completar a regra dos pontos (idade + tempo de contribuição), que começa em 86/96 (mulheres/homens) e sobe 1 ponto a cada ano, até chegar a 100/105, em 2033

CÁLCULO DE APOSENTADORIA

Hoje, o cálculo da contribuição é resultado da média salarial das **80% maiores** contribuições desde julho de 1994. São desprezadas as **20% menores** contribuições e sobre esse resultado é aplicado o fator previdenciário, que, na prática, diminui o valor da aposentadoria de quem se aposenta mais jovem.

O valor final vai depender do tipo de aposentadoria (se por tempo de contribuição ou por idade, por exemplo). Quem consegue completar a fórmula 86/96 recebe 100% do valor do benefício. Pela proposta de Bolsonaro, o cálculo do valor a ser recebido pelo aposentado será feito com 100% das contribuições, o que deve reduzir o benefício de 20% a 30%. Isso acontece porque todas as contribuições serão consideradas, inclusive as mais baixas.

A alta taxa de desemprego e a reforma trabalhista derrubaram a arrecadação da Previdência e a proposta de Bolsonaro pode piorar esse quadro. Caso a PEC 6/2019 seja aprovada, os mais jovens não poderão mais contribuir pelo sistema solidário (regime geral de previdência social), o que, conseqüentemente, reduzirá ainda mais as receitas dessa modalidade. Com isso, o objetivo do governo em curto e médio prazo é destruir completamente a previdência social pública em favor do regime de capitalização individual privado.

RESULTADO DA SEGURIDADE SOCIAL

Fonte: ANFIP

R\$ milhões	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Receitas	527.080	595.737	650.996	686.091	707.117	719,1	780,3
Despesas	451.322	513.046	574.753	632.198	683.169	773,6	837,2
Saldo	75.758	82.691	76.243	53.893	23.948	-54,5	-56,9

O saldo negativo dos últimos anos observados decorre de um cenário em que a economia ficou próxima da estagnação em 2014 e caiu 7,6% pelo biênio seguinte. Com isso, a arrecadação regrediu. Além disso, as altas taxas de desemprego levaram à queda de arrecadação de impostos vinculados à Seguridade Social.

MANIFESTO: A PREVI É DOS FUNCIONÁRIOS DO BB

A Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil divulgou nota em repúdio ao anúncio do governo federal que poderá determinar decisões de investimentos nos fundos vinculados a estatais.

No texto, os representantes dos trabalhadores destacam que o fundo de pensão foi fundado há 116 anos e que “o sucesso do

maior fundo de pensão do país tem sido a capacidade e competência para gerir o patrimônio dos associados e seu modelo de governança que garante uma gestão compartilhada entre associados e patrocinador”.

Sobre a declaração do atual ministro da Desestatização, Salim Mattar, de que o governo vai interferir na gestão dos fundos de pensão de estatais “é totalmente equivocada

e contrária às boas práticas de governança corporativa pregadas pelo próprio mercado. Mais uma entre outras tantas declarações eivadas de preconceito em relação a trabalhadores, entidades associativas e segmentos sociais. Um acinte e desrespeito às leis e às instituições”.

Confira o manifesto completo no portal bancariosdf.com.br.

ENTIDADES COBRAM MAIS DADOS DA PROPOSTA PARA A CASSI E APRESENTAM SUGESTÕES

Na terceira rodada da mesa de negociações da Cassi, ocorrida no dia 19 de fevereiro, os representantes dos associados cobraram do Banco do Brasil o detalhamento da proposta apresentada para que essa seja divulgada aos associados e que o processo de negociação seja intensificado.

Na reunião, as entidades cobraram do banco retorno sobre a proposta de estrutura de governança e informaram que os demais itens de governança, como estabelecimento de experiência mínima, formação e modelo de decisão, continuam em debate.

A proposta apresentada pelo BB sobre o custeio do Plano Associados têm o mesmo formato da proposta anterior com aumento de contribuições, cobrança por dependente com base em um Valor de Referência por Dependente (VRD) onde o banco arcará com um percentual para os funcionários da ativa e com valor de partida menor para aposentados. A proposta prevê ainda contribuição mínima e teto máximo de contribuição de 7,5% do salário.

Novas rodadas de negociação

Uma nova rodada da mesa de negociação foi marcada para o dia 25 de fevereiro com rodadas subsequentes a cada dia, com o objetivo de se chegar numa proposta para levar ao Corpo Social.

PRESIDENTE DO BB DIZ QUE SEU DESEJO É VER O BANCO PRIVATIZADO

Em entrevista publicada em jornal da grande mídia em 14 de fevereiro, o presidente do Banco do Brasil Rubem Novaes disse que raciocina sempre levando em conta que a privatização do banco um dia virá. Demonstrando completo desconhecimento e total desprezo em relação aos quase dois séculos de história da instituição, ele manifestou opinião de que, privatizado, “o BB seria mais eficiente, ganhariam os funcionários, ganharia todo mundo”.

O executivo aceita, a contragosto, a tese de que o país não está preparado para a privatização do banco já, mas confessa que conta com a concretização dessa ideia “um dia”.

As declarações do presidente do BB foram dadas no momento em que o balanço do exercício de 2018 do banco foi divulgado, com registro de lucro líquido de R\$ 13,5 bilhões – alta de 22% em relação ao ano anterior.

Para o Sindicato, é inconcebível ter na presidência do banco público um privatista que se orienta por suas convicções ideológicas, colocando-se em contraposição ao papel que a instituição de fato cumpre.



“Se o sujeito é contra a existência de banco público, não conhece e sequer reconhece que ele tenha alguma função, não deveria estar ocupando a presidência, a não ser que tenha sido colocado ali com a única finalidade de desfigurar a instituição para vendê-la ou oferecer seu espaço no sistema financeiro à iniciativa privada”

Kleyton Morais

funcionário do BB e diretor do Sindicato.



O Sindicato promoveu dois atos em fevereiro contra descomissionamentos arbitrários, que impactam diretamente funcionários, clientes e usuários. Em 13 de fevereiro, a agência de Taguatinga foi fechada em protesto. No Dia Nacional de Luta contra os descomissionamentos, a atividade foi realizada em frente ao Edifício BB.

GT SAÚDE CAIXA VOLTA A SE REUNIR

Na reunião do GT Saúde Caixa, ocorrida em 19 de fevereiro, em Brasília (DF), foram restabelecidos os debates inerentes ao plano de assistência à saúde dos empregados. Conquista histórica dos trabalhadores no campo dos direitos fundamentais da pessoa humana, o Saúde Caixa está regulamen-

tado na cláusula 32 do ACT 2018/2020.

Uma das cobranças realizadas foi o acesso a informações, relatórios atuariais, dados e documentos para que os trabalhadores possam fazer uma análise aprofundada e para, em conjunto com a Caixa, empenhar-se na sustentabilidade do plano. Além disso, foi co-

brado o debate sobre o superávit acumulado.

A Caixa informou que não tinha ainda os relatórios consolidados e se comprometeu a trazê-los para a próxima reunião. Além disso, a empresa comunicou que a área jurídica está elaborando um parecer sobre o fundo de reserva / fundo de contingência.

NO FOCO: DESMONTE ACELERADO DA CAIXA

Na edição de 19 de fevereiro, o jornal Valor Econômico informou que a Caixa deu início ao "processo de desinvestimento e capitalização com uma agenda frenética de encontros com bancos de investimento".

Na prática, a presidência da Caixa está iniciando as negociações para o faturamento de ativos societários, que inclui, portanto, a venda dos produtos e serviços mais rentáveis, seguindo um cronograma que combina maior

liquidez e menor resistência política. Ou seja, quanto mais rápido o lucro e menor resistência à sua venda, mais acelerada seguirá a privatização do banco. A ordem é tornar o processo mais palatável e menos perceptível.

REB: DESCASO TOTAL COM A INCORPORAÇÃO

Mais uma vez a novela se repete. A Funcef vira a cara para os participantes e a Caixa descumpra o acordo para a incorporação do REB ao Novo Plano, que vinha sendo discutido desde 2006.

É importante lembrar que no dia 3 de novembro de 2014, durante reunião de negociação permanente. A Funcef chegou a apresentar um cronograma de incorpora-

ção na mesa de negociação permanente e, agora, passados cinco anos, Funcef e Caixa decidiram rasgar tudo que foi combinado, negociado, e comunicaram que o REB não será incorporado ao Novo Plano. A negativa coloca os participantes do REB, mais de 9 mil pessoas, em situação de desalento, assistindo ao descumprimento dos Acordos Coletivos da categoria e da decisão da própria Funcef.

COMISSÃO PARITÁRIA AVALIA RESULTADOS DA PROMOÇÃO POR MÉRITO 2019

Conquista da luta do movimento dos empregados da Caixa Econômica Federal, a promoção por mérito contemplou em 2019 cerca de 96% dos trabalhadores considerados promovíveis. Os resultados da sistemática de avaliação foram avaliados durante reunião da Comissão Paritária (que discute os critérios da sistemática 2019/2020), que ocorreu em 21 de fevereiro, em Brasília (DF).

Os representantes dos trabalhadores reafirmaram no encontro a importância desse

instrumento de ascensão no Plano de Cargos e Salários (PCS) e cobraram que seja assegurada no mínimo a média histórica de 1,1 delta por empregado. O delta (referência salarial no Plano de Cargos e Salários) equivale a um aumento de 2,34% no salário padrão do empregado.

Os empregados da Caixa já receberam desde o dia 20 de janeiro os valores referentes a promoção por mérito 2019, tendo como ano base 2018.

TRABALHADORES E CAIXA RETOMAM DEBATE SOBRE SAÚDE E CONDIÇÕES DE TRABALHO

O adoecimento dos empregados da Caixa Econômica Federal causados pelos impactos da sobrecarga de trabalho, ameaças de retirada de função e a cobrança de metas abusivas foram alguns dos pontos abordados pelo GT Saúde do Trabalhador, grupo paritário formado por representantes dos trabalhadores e do banco.

Previsto no Acordo Coletivo de Trabalho, o Grupo para tratar das questões relativas à saúde do trabalhador não se reunia desde março de 2018, quando foi debatido o agravamento dos problemas de saúde mental na empresa. O movimento dos trabalhadores alertou para o crescimento do número de suicídios e para os casos de depressão, síndrome do pânico e outros graves problemas que atingem a categoria bancária, em especial os empregados da Caixa.

**CONFIRA MATÉRIAS
NA ÍNTEGRA EM
BANCARIOSDF.COM.BR**

VENDA DA FOLHA SALARIAL DA CÂMARA LEGISLATIVA PARA OUTRO BANCO **PODE ENFRAQUECER BRB**

O Banco de Brasília têm passado por situações que põem em risco a solidez financeira da instituição. Como se não bastasse o escândalo de corrupção deflagrado na Operação Circus Maximus, da Polícia Federal, o banco corre o risco de perder a folha salarial da Câmara Legislativa e do TCDF para outra instituição financeira.

De autoria do deputado distrital Robério Negreiros, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica (Pelo) tem o objetivo de retirar a conta salário dos funcionários da CLDF do BRB e vender para um outro banco.

O BRB é um banco que tem uma longa lista de serviços prestados para Brasília. Esse

banco tem sido importantíssimo para a economia local, o desenvolvimento do esporte na cidade, para o patrocínio da cultura, o atendimento à população e ainda, parte de seu lucro é destinada para o fortalecimento dos cofres do GDF e, portanto, para pagamento da folha de servidores, entre outras políticas voltadas para a sociedade.

“O que causa estranheza são os reiterados projetos que tentam de alguma forma atingir uma instituição sólida e que contribui para o desenvolvimento da cidade e sua economia. Nos últimos anos, os funcionários do banco, tendo o Sindicato dos Bancários à frente e juntos com a população, derrotaram a proposta

da deputada Telma Rufino que tinha praticamente o mesmo propósito que o equivocado projeto de Negreiros: a retirada das contas dos servidores do BRB. A Pelo 35/2016 foi derrotada na Comissão de Constituição e Justiça da CLDF por ser considerada inconstitucional”, alerta o diretor do Sindicato, Edson Ivo.

A diretora da Federação dos Bancários do Centro norte (Fetec-CUT/CN) e funcionária do BRB, **Cida Sousa**, lembra que *“a alegação de que alguns servidores tenham a intenção de migrar para outro banco não pode ser utilizada como justificativa para este projeto, pois já existe a portabilidade que permite ao trabalhador receber por outra instituição”.*

AUDIÊNCIA COM CHICO VIGILANTE E RAFAEL PRUDENTE

Diretores do Sindicato e da Federação dos Bancários do Centro Norte (Fetec-CUT/CN) estão visitando parlamentares da Câmara Legislativa, dentro da estratégia de dialogar com todos os atores políticos para fazê-los ver a importância do BRB público. Já foram realizadas audiências com os deputados Chico Vigilante (PT) e Rafael Prudente (MDB) e ambos se posicionaram contra a privatização do Banco de Brasília.

Leia a matéria completa em bancariosdf.com.br

BRB ATENDE REIVINDICAÇÃO DO SINDICATO E ANUNCIA NOVO CONCURSO

O Sindicato pressionou e, durante cerimônia realizada no Palácio do Buriti, em 8 de fevereiro, o novo presidente do BRB anunciou a realização de um novo concurso. A previsão é de 113 vagas e formação de cadastro reserva de 2 mil vagas, cuja nomeação ocorrerá durante a validade do concurso, segundo o governador Ibaneis Rocha. Os últimos certames foram realizados em 2011 para todos os cargos e, em 2013, para analista de tecnologia da informação.

A cobrança por um novo concurso público é reivindicação antiga do Sindicato em mesa de negociação uma vez que o quadro funcional do banco vem sofrendo baixas significativas por causa dos Programas de Aposentadoria Incentivada e pedidos de demissões diversos.

“Além dos programas de desligamento incentivado e outros desligamentos realizados nos últimos anos, o aumento do trabalho tem gerado sobrecarga e, conseqüentemente, adoecimento dos bancários. O BRB, seu corpo funcional e a população do DF precisam de novos empregados para assegurar o melhor atendimento aos clientes”, destaca a diretora da Federação dos Bancários do Centro Norte (Fetec-CUT/CN), Samantha Sousa.

Para **Ronaldo Lustosa**, diretor do Sindicato, *“o concurso é fundamental para garantir a qualidade do serviço prestado aos clientes e usuários do banco. Com mais funcionários, o banco público de Brasília se mantém forte e atuante na melhor prestação de serviços à clientela e ao público em geral, para o desenvolvimento do DF”.*

ATUAÇÃO DO SINDICATO GARANTE DIREITOS DOS BANCÁRIOS EM RELAÇÃO À BRBCARD

Uma mensagem da BRBCard, enviada em 8 de fevereiro, noticiava que pessoas que não pagam anuidade de seus cartões não teriam direito de acesso às salas VIP dentro de seu programa de vantagens e fidelização dos clientes.

A isenção da anuidade para os funcionários do banco é fruto de conquista dos trabalhadores, negociada entre o Sindicato e a empresa. Os funcionários que buscaram tirar dúvidas junto à BRBCard sobre se essa medida retiraria o direito deles nas salas vip,

receberam resposta que sim, que já não poderiam fazer uso das salas.

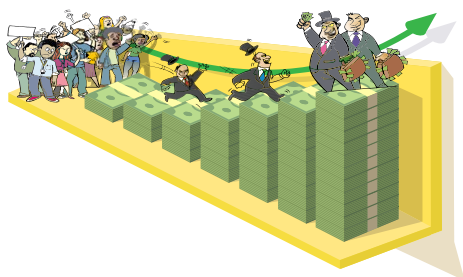
O Sindicato imediatamente entrou em contato com o presidente do banco, Paulo Henrique, para questionar sobre a postura da BRBCard e para buscar solucionar a questão. A entidade afirmou que manter esse direito é algo importante para os trabalhadores e que dialoga com o que ele tem anunciado, que é favorável à valorização dos bancários.

Paulo Henrique, por sua vez, disse que

concorda com a manutenção do direito dos funcionários e, por isso, acataria a reivindicação do Sindicato.

Para **Cristiano Severo**, secretário geral do Sindicato e bancária do BRB, *“a tempestiva atuação do Sindicato foi fundamental para reverter a situação e garantir o direito dos bancários”.* Ele considera como um gesto positivo por parte do presidente do BRB a sua decisão e entendimento de manter esse direito como uma forma de reconhecimento aos trabalhadores.

ITAÚ LUCRA R\$ 25,733 BI EM 2018 E PAGA PLR DIA 1º DE MARÇO



O Itaú lucrou R\$ 25,733 bilhões em 2018, um crescimento de 3,4% em relação a 2017 e de 0,4% no trimestre. De acordo com o relatório do banco, o menor custo do crédito e as maiores receitas com prestação de serviços foram os principais componentes que contribuíram para esse desempenho. O retorno sobre o Patrimônio Líquido médio anualizado (ROE) permaneceu estável em doze meses, ficando em 21,9%.



O banco Itaú comunicou que pagamento a segunda parcela da Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) no dia 1 de março. "Queremos ver o banco que mais lucra no país tratar seus funcionários com o respeito que merecem, até porque, o nosso trabalho tem influência direta sobre os resultados que o Itaú alcança" destaca **Washington Henrique**, diretor da Fetec-CUT/CN.

FUNCIONÁRIOS DO SANTANDER TÊM ATÉ UM ANO PARA OBTER CPA 10, GARANTE BACEN

Desde dezembro de 2018, o Santander vem pressionando os seus funcionários, que mudarão de cargos, a realizarem um curso de qualificação para obtenção do CPA 10. No entanto, a resolução 3057 do Banco Central garante que "o trabalhador tem prazo de um ano para obter o certi-

ficado quando passam a exercer uma atividade diferente para a qual tenha sido considerado apto".

"Apesar desta regulamentação do BC, o Santander insiste em cobrar dos bancários que, além de já estarem enfrentando novos desafios ao

irem para uma nova função, se sentem ainda mais pressionados em obter a certificação do CPA 10. Por isso, orientamos todos



os trabalhadores a denunciarem esta postura injusta do banco espanhol ao Sindicato", alerta o diretor da Contraf-CUT, **Jorge Kotani**.

LUCRO DOS BANCOS PRIVADOS:

ITAÚ

2017	2018
R\$ 23,965	R\$ 25,733
BILHÕES	BILHÕES

BRADESCO

2017	2018
R\$ 15,659	R\$ 19,085
BILHÕES	BILHÕES

SANTANDER

2017	2018
R\$ 7,997	R\$ 12,16
BILHÕES	BILHÕES

IR: GOVERNO NÃO ATUALIZA TABELA E TRABALHADOR VAI PAGAR 3,75% A MAIS EM 2019

DEFASAGEM ACUMULADA ESTÁ EM 95,46%

O contribuinte pagará cerca de 3,75% de Imposto de Renda a mais em 2019 do que desembolsou em 2018. Isso acontece porque o governo federal não corrigiu a tabela do IR nem mesmo pela inflação.

A não correção da tabela do IR pelo índice de inflação faz com que o contribuinte pague mais imposto do que pagava em 2018.

Desde 2015, a tabela do Imposto

de Renda não sofre alterações. De 1996 a 2014, a tabela foi corrigida em 109,63%. O IPCA acumulado de 1996 até 2018, no entanto, está em 309,74%.

Segundo o Sindifisco, caso a tabela tivesse sido integralmente corrigida pela inflação, os contribuintes que ganham até R\$ 3.689,93 seriam isentos de Imposto de Renda impactando também as outras faixas. Atualmente, a isenção vigora para quem recebe até R\$ 1.903,98 por mês.

Assembleia na próxima quinta (28) elegerá Comissão Eleitoral

Confira edital de convocação

EDITAL DE CONVOCACÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA PARA COMPOSIÇÃO E FORMAÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Brasília, com CNPJ sob o nº. 00.720.771/0001-53, por seu presidente abaixo assinado, convoca todos os seus associados para participarem da Assembleia Geral Ordinária que será realizada no dia 28 de fevereiro de 2019, às 19h, em primeira convocação, e às 19h30min, em segunda e última convocação, em sua Sede, localizada à SHCS EQ. 314/315 Sul, Bloco "A" - Asa Sul, Brasília-DF, para discutir e deliberar acerca da seguinte Ordem do Dia:

- 1) Eleição dos membros da Comissão Eleitoral que coordenará e conduzirá o Processo Eleitoral para eleição da nova Diretoria e Conselho Fiscal do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Brasília para o triênio 2019/2022, conforme artigo 81º dos estatutos sociais da entidade.

Brasília (DF), 22 de fevereiro de 2019.

Eduardo Araújo de Souza
Diretor-Presidente

SINDICATO APOIA BLOCO DE CARNAVAL CONCENTRA MAS NÃO SAI

Clima de muita alegria e diversão, ao som de marchinhas de carnaval, samba, pop e funk. É o que garante o bloco carnavalesco Concentra Mas Não Sai, que recebe foliões nos dias 2 e 4 de março, das 16h às 21h, na 404 Norte, e conta com o apoio do Sindicato.

Estão confirmadas as seguintes atrações: Banda Pimenteira, Hugo Brasileiro, Tyayro, Marcelo Sena e Ki bloco é esse.

O bloco surgiu há 19 anos, quando amigos da quadra se concentravam para esperar o Pacotão passar pela localidade. Para Sandro

Oliveira, secretário de Cultura do Sindicato, "a festa é tão boa que não precisa sair do local. Esse bloco é tradicional, feito para unir os amigos das 400, num clima de muita descontração e confraternização. Pessoas de todas as idades, inclusive crianças, são bem-vindas".

TORNEIO DOS CAMPEÕES 4ª EDIÇÃO ACONTECERÁ EM MARÇO, COM A PARTICIPAÇÃO DE SCHALKE 69



Como preparação para a Copa dos Bancários 2019, o Sindicato realizará a 4ª edição do Torneio dos Campeões, com jogos previstos para acontecer nos dias 16, 17 e 23 de março. As partidas serão realizadas no gramado da Associação Brasil HSBC, localizada no Park Way (SMPW, Quadra 5, Conj. 1, Lote 1).

A competição, que teve início em 2016, será disputada pelos campeões da Copa dos Bancários dos últimos anos. Além das equipes vencedoras Dynamo, Juvenil, Amigos para Sempre, o torneio deste ano contará com Schalke 69, time vencedor do ano passado.


Redes sociais ampliam comunicação do Sindicato com os bancários

 /bancariosdf

 @bancarios_df

 YouTube /Sindicato dos Bancários DF

 @dfbancarios

 Fique atualizado! Adicione o número do Sindicato (61) 99124-8550 e envie uma mensagem com seu nome e a instituição bancária onde trabalha.



Acompanhe os programas TV Bancários semanalmente no portal bancariosdf.com.br, no Facebook ou no Youtube.